

PLENA SAÚDE S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sede da Sociedade tem como objetivo social:

A PLENA SAÚDE S.A., é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo e tem como objeto social a Operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, de forma exclusiva, em observância ao artigo 34 da Lei nº. 9.656/98, classificada como medicina de grupo de atenção médico-hospitalar.

Está registrada como Operadora de Planos de Saúde na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 34.883-0 e classificada na ANS como Operadora de porte grande por possuir mais de 100.000 beneficiários.

As atividades da Operadora estão concentradas na sua matriz localizada na cidade de São Paulo e em suas filiais localizadas do Estado de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Operadora revisa suas estimativas e premissas pelo menos a cada encerramento de exercício.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Foram adotadas as seguintes principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras:

a) Reconhecimentos das contraprestações e eventos indenizáveis líquidos

O resultado das operações (receitas e custos) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, observando o seguinte:

- **Contraprestações pecuniárias (receitas):** são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As Contraprestações líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma “pro-rata” dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante PPCNG-Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas, conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- **Eventos indenizáveis líquidos (custos):** são os serviços prestados pelos profissionais, por hospitais e clínicas conveniadas e são reconhecidas pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos (data do aviso), juntamente com a constituição da PEONA - Provisão para Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados.

b) Moeda Funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Operadora atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$).

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não vinculadas a provisões técnicas

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

d) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas

Essas aplicações financeiras estão vinculadas a ativos garantidores e tem como objetivo o lastro do total das provisões técnicas, e do excedente da dependência operacional, mediante sua vinculação à ANS - Agência Nacional da Saúde Suplementar. As aplicações financeiras estão classificadas no ativo circulante por possuírem prazo mínimo de 180 dias para resgate, contados da data da aplicação e fora do grupo “Caixa e equivalentes de caixa”, por não possuírem previsão de resgate imediato, sem risco significativo de mudança de valor.

e) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, em contrapartida à conta de resultado de Contraprestações efetivas (receitas) de operações de assistência à saúde para os planos médico-hospitalares. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída com base nos valores vencidos há mais de 60 dias (pessoa física) e mais de 90 dias (pessoa jurídica), em função dos créditos em aberto por natureza de beneficiário. A Administração da Operadora revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução de inadimplência de sua carteira.

f) Investimentos

O investimento societário é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da investida.

g) Ativos imobilizados

Registrados ao custo de aquisição, formação, adicionados dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante desenvolvimento de projetos. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, que se aproximam da vida útil econômica dos ativos. O item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso, não aplicado.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício em que surgiram. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) / IAS 36, é efetuada a análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: **(i)** verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e **(ii)** medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2024.

j) Eventos a liquidar com operações de assistência à saúde

Os eventos a liquidar com operação de assistência à saúde, são registrados no passivo com base no efetivo recebimento das faturas de prestadores de serviços. Também estão incluídos nesta

rubrica, outros custos de pessoal e de outras despesas, inclusive parcela destinada à cobertura de valores a pagar por eventos ocorridos até a data do balanço patrimonial.

k) Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG

Contraprestação Não Ganha apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento.

l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Operadora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Operadora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, os encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação são prováveis que ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Empréstimos e financiamentos

São atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e os demais encargos são apropriados em despesas financeiras dentro do período de competência.

n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

o) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Operadora são classificados sob as seguintes categorias: **(1)** Ativos financeiros ao valor justos por meio do resultado; **(2)** Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e **(3)** Empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros-ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem numerário em caixa, Saldos positivos em conta movimento e as Aplicações financeiras com liquidez imediata.

(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem especificamente as Aplicações Financeiras Garantidoras a Provisões Técnicas, as quais são: (i) Classificadas desde a data aplicação e a data do resgate no vencimento e (ii) Mensuradas ao custo de aquisição amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

Passivos Financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários, apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações financeiras. Esses passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Em 31 de dezembro de 2024, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

q) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) retrata garantia de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. Foi calculada através do resultado do teste de consistência e conforme parecer emitido pelo Atuário responsável pela nota técnica.

r) Provisão passiva para ações judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para

riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

s) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na Nota Explicativa nº 7.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAXA

	2024	2023
Caixa e Bancos	1.222.022,80	72.672,57
Total	<u>1.222.022,80</u>	<u>72.672,57</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS GARANTIDORAS A PROVISÕES TÉCNICAS

	2024	2023
Aplicações garantidoras a provisões técnicas	14.439.142,35	11.444.181,51
Total	<u>14.439.142,35</u>	<u>11.444.181,51</u>

6

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde, para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIVRES

	2024	2023
Aplicações em renda fixa CDB/CDI e Fundos de Invest.	15.418.090,87	13.903.447,81
Total	<u>15.418.090,87</u>	<u>13.903.447,81</u>

Fundo de investimentos: Os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Certificados de depósito interbancário: São representados por títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário.

7. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER

	2024	2023
Planos coletivos – pessoa jurídica	3.479.553,06	4.478.819,67
Planos individual/familiar – pessoa física	6.318.435,76	3.125.849,92
(-) Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(4.643.430,96)	(1.272.075,76)
Total	<u>5.154.557,86</u>	<u>6.332.593,83</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	2024	2023
A vencer	257.128,71	1.748.919,66
Vencido até 30 dias	4.221.575,78	4.000.032,20
Vencido de 31 a 60 dias	610.131,85	542.427,11
Vencido de 61 a 90 dias	475.890,56	183.325,20
Vencido há mais de 90 dias	4.233.261,92	1.129.965,42
Total	<u>9.797.988,82</u>	<u>7.604.669,59</u>

7

Provisão Para Perdas Sobre Créditos (PPSC), é constituída pelas faturas de beneficiários pessoa física em atraso há mais de 60 dias, e faturas de beneficiários pessoa jurídica em atraso há mais de 90 dias.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os saldos são compostos por Imposto de Renda e Contribuição Social retidas sobre prestação de serviços, sobre aplicações financeiras e pagamentos antecipados.

	2024	2023
IRPJ – Imposto de renda da pessoa jurídica	1.991.519,59	585.889,07
CSLL – Contribuição social sobre o lucro	-	-
Outros impostos e contribuições	450.991,26	450.991,26
Total	<u>2.442.510,85</u>	<u>1.036.880,33</u>

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2024	2023
Adiantamentos diversos	1.958.110,33	985.121,35
Unicard – Garantia de empréstimos	-	-
Outros títulos a receber	240.276,69	742.294,92
Estoques	3.268.653,40	2.627.796,28
Total	5.467.040,42	4.355.212,55

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Substancialmente, os depósitos judiciais foram realizados para fins de questionamentos por conta de cobranças efetuados pelo SUS (Sistema Único da Saúde), sendo que tais processos se encontram em andamento e não foram julgados ou transitados. Os valores em garantia vêm sendo atualizados pelo indicador de poupança TR (Taxa Referencial). A Operadora mantém provisionado no passivo circulante e não circulante a totalidade dos eventos conhecidos relacionados ao SUS.

11. IMOBILIZADO

		2024		2023	
	Taxa anual deprec	Custo de Aquisição	Depreciação Impairment Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Edificações	4%	30.500.729,05	(7.267.299,15)	23.233.429,90	23.233.429,90
Instalações	10%	942.915,11	(120.043,92)	822.871,19	845.796,44
Máquinas e equipamentos	10%	52.985.215,12	(12.593.387,80)	40.391.827,32	38.030.943,92
Equipamentos de informática	20%	4.498.701,37	(3.353.740,94)	1.144.960,43	509.717,61
Móveis e utensílios	10%	5.514.726,74	(2.660.383,53)	2.854.343,21	4.360.985,12
Veículos	20%	1.087.624,00	(896.058,07)	191.565,93	240.272,62
Benfeitorias	10%	12.294.793,63	(2.283.320,60)	10.011.473,03	10.131.133,40
Outras Imobilizações		10.722.846,40	-	10.722.846,40	10.722.846,40
Total		118.547.551,42	(29.174.234,01)	89.373.317,41	88.075.125,41

Movimentação do imobilizado

	2024	2023
Saldo inicial	88.075.125,41	74.716.775,85
(+) adições	8.191.420,67	19.259.550,47
(-) baixas	(318.094,00)	(205.000,00)
(-) depreciações	(6.575.134,67)	(5.696.200,91)
(+) ajuste a valor justo	-	-
Saldo	<u>89.373.317,41</u>	<u>88.075.125,41</u>

A operadora finalizou o trabalho de levantamento físico dos ativos imobilizados e da conciliação com os saldos contábeis. Foi contratado a empresa CSL Consultoria e Assessoria Ltda que realizou o levantamento dos bens e entregando o laudo dos ativos em 31/08/2024.

12. INTANGÍVEL

				2024	2023
	Taxa anual amort.	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Intangível Líquido
Sistema de informação	20%	330.000,00	(165.000,00)	165.000,00	231.000,00
Total		<u>330.000,00</u>	<u>(165.000,00)</u>	<u>165.000,00</u>	<u>231.000,00</u>

9

Movimentação do intangível

	2024	2023
Saldo inicial	231.000,00	297.000,00
(+) adições	-	-
(-) baixas	-	-
(-) amortizações	(66.000,00)	(66.000,00)
Saldo	<u>165.000,00</u>	<u>231.000,00</u>

13. PROVISÕES TÉCNICAS E EVENTOS DE OP. DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

13.1. Provisões técnicas

	2024	2023
Provisões Técnicas		
Provisão para contraprestações emitidas e ã ganhas – PPCNG (i)	6.650.107,97	4.895.401,49
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – SUS (ii)	4.310.980,65	3.350.904,41
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – REDE CREDENCIADA (iii)	7.986.799,72	3.853.917,07
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iv)	8.876.456,24	10.149.771,84
Total de provisões técnicas – passivo circulante	27.824.344,58	22.249.994,81

	2024	2023
Provisões Técnicas		
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – SUS (ii)	5.305.366,36	6.184.552,54
Total de provisões técnicas – passivo não circulante	5.305.366,36	6.184.552,54

(i) Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG: Conforme normas da ANS, referem-se as contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde que são contempladas as parcelas da (PPCNG) de forma “pró-rata-die” e são apuradas as parcelas de prêmios ou contribuições não ganhas, em contrapartida as receitas de contraprestações são reconhecidas no período de vigência contratual.

10

(ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS – o ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde, no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. Sua composição é a seguinte:

Data Base	Classificado	ABI x % hc	Débitos Pendentes	Débitos Parcelados	TOTAL
Dez/2024	Passivo circ.	2.106.760,80	204.961,53	1.999.258,32	4.310.980,65
Dez/2024	Pas. não circ.		1.429.172,89	3.876.193,47	5.305.366,36
Dez/2023	Passivo Circ.	1.165.774,75	903.243,15	1.281.886,51	3.350.904,41
Dez/2023	Pas. não Circ.		3.958.408,70	2.226.143,84	6.184.552,54

(iii) Provisão de Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde – representa os eventos indenizáveis decorrente de contas médicas ou de avisos de prestações de serviços apresentados à Operadora.

(iv) Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Estimada para o pagamento dos eventos que já tenham ocorrido, mas que ainda não são de conhecimento da operadora na data do Balanço. A Operadora reconhece essa provisão através do

resultado do teste de consistência e conforme parecer emitido pelo atuário responsável pela nota técnica.

13.2. Ativos garantidores (vinculados e lastreados às provisões técnicas e operações médico-hospitalares)

	2024	2023
Ativos garantidores vinculados		
(+) Aplicações financeiras garantidoras	14.439.142,35	11.444.181,51
(+) Aplicações financeiras livres c/Lastro PESL	-	-
(+) Depósitos judiciais (i)	1.429.172,89	3.958.408,70
(=) Total ativos garantidores	15.868.315,24	15.402.590,21
(-) Provisão prêmios/contraprestações não ganhas	-	-
(-) Provisões técnicas (PEONA)	(8.876.456,24)	(10.149.771,84)
(-) Ressarcimento SUS – ABI	(2.106.760,80)	(1.165.774,75)
(-) Ressarcimento SUS – débitos parcelados	(5.875.451,79)	(3.508.030,35)
(-) Ressarcimento SUS – débitos pendentes	(1.634.134,42)	(4.861.651,85)
(-) PESL - (<=30/60dias)	(7.986.799,72)	(3.853.917,07)
(=) Total das provisões técnicas	(26.479.602,97)	(23.539.145,86)
(=) Suficiência (insuficiência) dos ativos garantidores	(10.611.287,73)	(8.136.555,65)
(=) Suficiência dos ativos em %	(40,07%)	(34,57%)

11

(i) Depósitos judiciais ao SUS: Em 2024 a Operadora manteve os depósitos judiciais, estão representados no valor originário e foram efetuados para garantia em juízo de ações de execuções promovidas pelo órgão regulador. Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, podem ser deduzidos do cálculo da necessidade de ativos garantidores, os depósitos judiciais referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos.

13.3. CB – Capital Base

Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Operadora procedeu ao cálculo do Capital Base, considerando a Região de atuação, classificação e segmentação.

	2024	2023
Patrimônio líquido ajustado		
Região de atuação = 4		
Medicina de grupo/SPP		
Segmento:		
Fator K utilizado (a)	4,98%	4,98%
Base 2024 Fator K * R\$ 11.701.894,34 (Base 2023 = R\$ 11.226.992,56)	582.754,34	559.104,23
Patrimônio a ser comparado com patrim. o mínimo ajustado		

(+) Patrimônio líquido	34.977.146,28	32.246.338,70
(+) Passivos exigíveis a longo prazo decorrente de renegociação de tributos federais, estaduais e municipais, devidamente formalizados e pactuados com o ente credor.	-	-
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.	(5.678.781,72)	(7.178.781,72)
(+) Passivo tributário classificados no passivo não circulante	-	-
(-) Despesas antecipadas	(111.488,19)	(34.699,56)
(-) Ativo intangível	(165.000,00)	(231.000,00)
(=) Capital Base CB	29.021.876,37	24.801.857,42
Suficiência sobre o Patrimônio Líquido Ajustado – CB	28.439.122,03	24.242.753,19

(a) O fator “K” é definido pelo enquadramento da Operadora. A Plena Saúde está enquadrada no segmento SPP.

O Patrimônio Líquido Ajustado da Operadora é superior ao mínimo exigido.

13.4. Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos / familiares pós Lei 9.656/1998

12

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos de Assistência Médico-Hospitalar, em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01/2013, referente aos planos firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	Consultas Médicas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Total
2024 Rede contratadas	86.355.111	34.335.531	18.909.183	53.020.062	20.538.034	213.157.921
2023 Rede contratadas	86.451.152	10.266.074	21.465.428	32.042.598	13.507.993	163.733.243

14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2024	2023
Impostos e contribuições		
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	1.289.580,43	-
CSL - Contribuição social sobre o lucro	433.843,08	-
ISS - Imposto sobre serviços	1.179.557,47	371.191,45
INSS - Contribuição previdenciária	2.311.913,00	30.855,52
FGTS - Fundo de garantia	402.033,70	339.356,58
COFINS e PIS	585.656,11	1.733.314,02
Parcelamentos de tributos	32.265.887,08	32.047.674,80
Outros impostos e contribuições	38.730,26	-
Total	38.507.201,13	34.522.392,37

Impostos e contribuições retidos na fonte

IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Funcionários	56.236,17	199.696,06
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	382.433,53	358.485,77
ISS - Imposto sobre serviços Retido na Fonte	11.356,56	14.867,28
INSS - Contribuição Previdenciária Retido na Fonte	-	-
CSRF - Contribuições Retida na Fonte	1.055.368,54	4.055,09
Total	1.505.394,80	577.104,20

Total de Tributos e Encargos Sociais a Recolher	40.012.595,93	35.099.496,57
--	----------------------	----------------------

Passivo circulante	9.230.913,33	4.920.827,69
Passivo não circulante	30.781.682,60	30.178.668,88

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13

Capital de giro – conta garantida

Instituição	Tipo	Encargos Financeiros	Saldos dos Empréstimos	
			31/12/24	31/12/23
Bradesco	Conta garantida		1.800.000,00	1.799.432,62
Santander	Conta garantida		-	116.900,31
Aymoré Santander	Financiamento	3,10% a.a.	897.954,86	1.244.108,98
Unicred 2021190160	Financiamento	4,44% a.a.	-	49.323,69
Unicred 2021210321	Financiamento	4,44% a.a.	1.688.073,68	1.734.591,24
Unicred 2021210963	Financiamento	5,28% a.a.	-	33.166,58
Unicred 2021211054	Financiamento	4,68% a.a.	109.461,28	148.094,56
Unicred 2021211088	Financiamento	9,84% a.a.	27.297,89	48.280,50
Unicred 2021211089	Financiamento	4,68% a.a.	-	31.458,41
Unicred 2021211189	Financiamento	5,28% a.a.	630.225,00	720.225,00
Unicred 2021211201	Financiamento	9,72% a.a.	112.899,32	117.544,52
Unicred 2022250127	Financiamento	5,28% a.a.	2.554.083,28	2.869.935,16
Santander 19620	Empréstimo	17,46% a.a.	2.307.823,40	2.919.054,02
Caixa	Financiamento	5,76% a.a.	23.170,87	73.374,01

Caixa	Parc Conta Gar	21,27% a.a.	104.791,65	353.027,00
Itaú	Conta garantida		500.000,00	1.500.000,00
Itaú 985-2	Empréstimo	21,41% a.a.	-	1.500.000,00
Itaú 064-6	Empréstimo	7,26% a.a.	2.884.755,96	4.907.435,21
Itaú 064-6	Empréstimo	8,24% a.a.	2.420.986,42	4.171.984,80
Bradesco	Empréstimo	6,93% a.a.	253.302,73	3.039.632,76
Sicoob 60457	Conta garantida		266,60	47.111,41
TOTAL			16.315.092,94	27.424.680,78

Passivo circulante	5.545.698,44	13.849.529,83
Passivo não circulante	10.769.394,50	13.575.150,95

16. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

14

A Operadora, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	2024	2023
Trabalhistas e previdenciárias	379.975,97	319.029,40
Tributárias	613.066,27	613.066,27
Cíveis	2.995.182,27	1.660.187,98
Total	3.988.224,51	2.592.283,65
Passivo circulante	86.379,97	408.668,00
Passivo não circulante	3.901.844,54	2.183.615,65

A Operadora é parte em outras ações cujo risco de perda é classificado como possível, de acordo com a avaliação de seus assessores externos e Administração, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	2024	2023
Trabalhistas e previdenciárias	944.335,68	2.018.653,78
Cíveis	2.846.222,40	7.355.549,37
Total	3.790.558,08	9.374.203,15

A Administração da Operadora entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras, ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. **Capital social** - O capital social subscrito e integralizado corresponde:

	% Participação	QUOTAS	R\$
		2024	2023
José Luiz Ranieri	81%	30.259.570	30.259.570
Sueli Aparecida A. Ranieri	19%	<u>7.119.750</u>	<u>7.119.750</u>
Total	100%	<u>37.379.320</u>	<u>37.379.320</u>

O Capital Social de R\$ 37.379.320 está totalmente subscrito e integralizado, estando representado por 37.379.320 quotas no valor unitário de R\$ 1 cada.

18. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

As Contraprestações líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma pró-rata dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante, Provisão para Contribuições Não Ganhas, conforme normas da ANS. As contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde, deverão contemplar parcela da (PPCNG) Provisão para Contribuições Não Ganhas, relativo ao período de cobertura do risco de assistência dos contratos com modalidade de pré-pagamento, sendo revertidas às Contraprestações líquidas mediante cobertura pro-rata dia.

15

19. EVENTOS INDENIZÁVEIS

Os eventos indenizáveis líquidos, consistem no conhecimento de custos com serviços médicos, de acordo com termos de relações contratuais com nossa rede credenciada, relativos a atendimentos, consultas, exames, e demais procedimentos médicos, com remuneração baseada em tabela de procedimentos vigentes. Os valores são registrados de acordo com os avisos recebidos.

	2024	2023
Sinistralidade		
Contraprestações líquidas	293.759.637,36	225.671.785,31
Eventos indenizáveis líquidos	<u>(213.157.920,64)</u>	<u>(163.733.242,70)</u>
Sinistralidade	<u>72,56%</u>	<u>72,55%</u>

Informações sobre Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida em 2024 e 2023

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (grupo 411)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2024	2023	2024	2023
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	1.400.617	742.059		
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	80.429.849	58.089.398	-	-
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	24.900.229	20.424.459		
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	106.427.226	84.477.327		
Total	213.157.921	163.733.243	-	-

16

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Despesas com pessoal próprio	(14.886.114,89)	(10.851.710,60)
Despesas com serviços de terceiros	(7.551.100,34)	(4.381.589,73)
Despesas com localização e funcionamento	(4.705.838,38)	(5.067.402,20)
Despesas com publicidade e propaganda	(2.113.303,64)	(1.150.581,73)
Despesas com tributos e taxas	(747.856,96)	(595.912,51)
Despesas administrativas diversas	(7.563.893,64)	(4.325.016,56)
Despesas com multas	(364.873,13)	(312.114,85)
Despesa com depreciação/amortização	(6.641.134,67)	(5.762.200,91)
Total	(44.574.115,65)	(32.446.529,09)

21. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Operadora, totalizam no período de 2024, o valor de R\$ 185.040,00 (R\$ 144.000,00 em 2023).

22. RESULTADO FINANCEIROS LÍQUIDOS

	2024	2023
Receitas financeiras	5.672.081,15	5.287.595,86
Despesas financeiras	(9.065.947,45)	(9.876.111,29)
Total	<u>(3.393.866,30)</u>	<u>(4.588.515,43)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Em 31 de dezembro de 2024 a empresa possui R\$ 5.678.781,72 de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro. Segundo a legislação fiscal brasileira não há prescrição, dessa forma, e como há previsão de lucratividade futura a administração da empresa decidiu registrar os respectivos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social (34%) no montante de R\$ 5.678.781,72

Demonstramos a seguir o cálculo e sua movimentação:

17

a) Composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro – corrente

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada, está apresentada a seguir:

	<u>2024</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>4.454.231,09</u>
(+) Adições	976.656,37
(-) Exclusões	<u>(176.565,75)</u>
Base de cálculo	<u>5.254.321,71</u>
Imposto de Renda	1.289.580,43
Contribuição Social	433.843,08
Total de IRPJ e CSLL	<u>1.723.423,51</u>

b) Movimentação dos créditos tributários diferidos – Ativo:

	2024	2023
Saldo Inicial	7.178.781,72	5.791.667,10
(+) Adições no período	-	1.387.114,62
(-) Baixas no período	(1.500.000,00)	-
Saldo final	5.678.781,72	7.178.781,72

24. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Operadora contrata operações envolvendo instrumentos financeiros e todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros, é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles, sendo monitorada pela Administração da Operadora.

b) Aplicações financeiras

De acordo com a Política de Aplicações Financeiras estabelecida, a Administração da Operadora elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

18

c) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos quando incorridos, são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Em 31 de dezembro de 2024, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

d) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A atividade da operadora expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Operadora concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Operadora contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

d.1) Risco de mercado

A Operadora está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Operadora decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Operadora tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

d.2) Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para perdas sobre créditos”, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

d.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Operadora, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Operadora, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

19

Gestão de capital

Os objetivos da Operadora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Operadora, para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

e) Valores de mercado

Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos quando incorridas, são atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado.

25. SEGUROS

A Operadora adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por

montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Operadora tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado, coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

26. TAP - TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS

De acordo com Resolução Normativa nº 528/2022, as operadoras de planos de assistência à saúde com mais de 100.000 (cem mil) beneficiários na data-base do encerramento do exercício social, deverão elaborar por ocasião dos trabalhos de auditoria independente, o TAP utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento, não sendo obrigatório o reconhecimento de eventuais deficiências apuradas nos resultados.

Nos termos da RN/ANS nº 528/2022, foram utilizadas premissas técnicas realistas de sinistralidade média, cancelamentos, reajustes por faixa etária e Probabilidade de Sobrevivência (tábua BR-EMS vigente), especificadas em estudo técnico atuarial, que melhor refletissem a experiência atual observada para cada segregação. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. Os testes foram realizados por segmentação considerando os tipos de contratação individual/familiar, coletivo empresarial e coletivo por adesão. Na projeção para os Planos Individuais foi feito para o período de 8 anos e nos Planos Coletivos, foi feito a projeção de 12 meses a partir do início de vigência do contrato, não foi considerado renovação de contrato.

Comparando o passivo a valor presente com (algumas) provisões técnicas contabilizadas, que são para cobrir passivos dentro do período da projeção do estudo, verifica-se que: o passivo está coberto na data-base do estudo.

27. CAPITAL BASEADO EM RISCOS

De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 569 de 19 de dezembro de 2022, que dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde, foi calculado pela equipe atuarial CTS – Consultoria Técnica Atuarial e Serviços, com os seguintes parâmetros:

- Capital baseado em risco de subscrição = Estimativa de valores de cálculo, simulação de risco de subscrição com valores aproximados, pois não tivemos acesso a informação da soma dos valores identificados (ABI) e ainda sem emissão de GRU, irem importante para o cálculo do CRS-SUS, que compõe o cálculo deste risco.
- Capital baseado em risco de crédito = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22
- Capital de risco operacional = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22
- Capital de risco operacional/legal = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22

- Capital de risco de Mercado = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22
- Capital baseado em risco (de subscrição, de crédito, operacional/Legal e Risco de mercado = Conforme RN 569/22

Capital baseado em risco (CBR)	2024	2023
Risco de Crédito (CRC)	2.522.901,91	1.967.915,27
Risco de Subscrição (CRS)	21.611.382,09	17.235.753,52
Risco Operacional (CRO)	8.365.765,42	7.253.274,27
Risco de Mercado (CRM)	6.379.870,49	5.641.566,98
Capital Baseado em Riscos (CBR)	33.775.012,11	27.768.124,07
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	29.021.876,37	24.801.857,42
Insuficiência do Capital baseado em risco (CBR)	(4.753.135,74)	(2.966.266,65)

28. DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO

DRLL	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO		
<u>Ajustes ao resultado:</u>		
(+) Depreciação	6.575.134,67	5.696.200,91
(+) Juros sobre empréstimos	10.727.717,00	7.821.974,43
(-) Resultado da Venda do Imobilizado	80.000,00	205.000,00
(-) Juros de Aplicações Financeiras	-3.712.653,02	-3.446.057,33
(-) Aumento de Capital Social		-470.000,00
(-) Empréstimos e Financiamentos	-14.276.499,17	-42.813.478,85
Saldo Ajustado	-606.300,52	-33.006.360,84
AJUSTES DAS VARIAÇÕES DOS SALDOS DAS CONTAS DE ATIVO E PASSIVO OPERACIONAL	2024	2023
Ativo	343.668.854,10	276.835.376,29
(-) Aumento (+) Redução das Aplicações Financeiras	6.774.391,19	15.259.775,85
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos Saúde	289.232.459,35	225.310.361,76
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionadas a Planos	49.304.874,00	36.265.238,68
(-) Aumento (+) Redução de Créditos Tributários e Previdenciários	-1.500.000,00	0,00
(-) Aumento (+) Redução de Bens e Títulos a Receber	-142.870,44	0,00
Passivo	-315.697.660,46	-239.453.908,07
(+) Aumento (-) Redução dos Débitos de Operações Assistência Médica	-217.471.740,93	-143.867.848,19
(+) Aumento (-) Redução dos Débitos de Operações Assit.à Saúde Não relacionadas c/Pl.Saúde	-55.976.922,84	-70.251.320,61
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Contribuições a Recolher	-38.735.154,53	-24.537.948,62
(+) Aumento (-) Redução das Contingências com efeito no resultado do exercício	-3.513.842,16	-796.790,65
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	27.364.893,12	4.375.107,38

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

As demonstrações foram autorizadas pela Diretoria para emissão em 28 de fevereiro de 2025, a operadora teve êxito em negociação com Receita Federal do Brasil, realizando acordo com transação especial com o contribuinte; nesta consolidação dos tributos parcelados haverá redução de multas e juros. Diminuímos nosso Capital Circulante Líquido em (R\$ 20.435,902,37), melhorando nosso índice de liquidez que encerrou 2024 em 0,76, e no curso do primeiro semestre planejamos atingir índice acima de 1,00 (um).

DIRETORIA EXECUTIVA

Jose Luiz Ranieri
Diretor
CPF 019.259.738-83

Contador Responsável
Luis Roberto Teles
CRC SP 182.786/O-8
CPF 125.100.288-98